

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Casa Epitácio Pessoa



Projeto de Lei nº <u>855</u>/2002.

De 22 de maio de 2002.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS **PÚBLICO SERVICO** DO **MÉDICOS** ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA, EM PRESCREVER REMÉDIOS GENÉRICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Ficam os Médicos vinculados direta ou indiretamente ao Serviço Público de Saúde do Estado da Paraíba, obrigados a prescrever os Remédios Genéricos para os pacientes usuários dos seus serviços.

Art. 2º - A prescrição de remédios não-genéricos somente será permitida em caso de inexistência do Genérico correspondente e em assim procedendo, o médico deverá fazer a observação na receita da sua não existência.

Art. 3º - As listas com os remédios Genéricos existentes ficarão expostas nos Postos de Saúde, Hospitais, Maternidades e demais órgãos vinculados diretaou indiretamente ao Serviço Público de Saúde do Estado da Paraíba.

Art. 4º - A Secretaria de Saúde será o Órgão responsável pela fiscalização do fiel cumprimento desta Lei, e, assim não procedendo, caberá a todo e qualquer cidadão ou órgão de defesa do consumidor impetrar Ação de Responsabilidade para o fiel cumprimento desta.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2002.

MARIA DÓ SOCORRO MARQUES DANTAS DEPUTADA ESTADUAL



## ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Casa Epitácio Pessoa



## **JUSTIFICATIVA**

É prerrogativa do Estado regulamentar a aplicação de normas técnicas de caráter Federal. Desta forma, com a promulgação da Lei Federal que torna legal a prescrição de remédios Genéricos por parte de médicos, esta tem o objetivo de facilitar o acesso aos remédios pela população de baixa renda.

Necessário se faz que o Poder Legislativo Estadual use de suas prerrogativas para fazer cumprir a referida lei no Estado, criando responsabilidades para os médicos envolvidos no Serviço de Saúde Estadual do Estado da Paraíba.

A farmácia básica, infelizmente, não atende a demanda, fato que obriga a prescrição de remédios que não estão à disposição da população de baixa renda.

Esta iniciativa visa garantir aos nossos cidadãos o direito

constitucional e universal que é o direito aos serviços de saúde.

Esta Lei já é aplicada em várias cidades brasileiras e tem colaborado de forma decisiva para ampliar o acesso de pessoas de baixa renda a aquisição de remédios, desta forma os genéricos.

Na certeza de que os pares irão colaborar com a nossa iniciativa, peço, desde já, sua aprovação.

SOCORRO MARQUE Deputada Estadual



## ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA



## SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

REDAÇÃO E DEMAIS COMISSOES	S PERMANENTES E/OU TENN OF THE STATE OF THE
Registro no Livro de Plenário As flssob o nº/2002 Em/2002  Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário  Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em,//2002.	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 3 / 0 5/2002  Div. de Assessoria ao Plenário Diretor  Remetido à Secretaria Legislativa No dia 3 / 15 /2002  Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia//2001
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator Em//2002	Secretaria Legislativa Secretário  Designado como Relator o Deputado
Secretário	Em 09 / 08 1/2002
Assessoramento Legislativo Técnico	Deputado Presidente
Em//2002  Secretaria Legislativa  Secretário	Apreciado pela Comissão No dia//2002  Parecer Em//  Secretaria Legislativa
No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta Pagina (S).  Em 39 / 05 / 2002.	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura  consta Documento (s)  em anexo.  Em/ 2002.  Assessor